

Globalização e divisão territorial do trabalho: uma introdução à discussão das novas tendências na produção do espaço

Maria Cristina Rosa

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

RESUMO. A proposta deste estudo é tentar estabelecer alguns nexos entre o processo de globalização e a nova divisão internacional do trabalho que se expressa na produção de novos espaços. Em outros termos, buscamos, neste trabalho, compreender como o processo de internacionalização do capital, apoiado nas novas tecnologias, vem promovendo novas tendências na produção do espaço.

Palavras-chave: divisão territorial do trabalho, globalização, novas tecnologias.

ABSTRACT. *Globalization and territorial division of labour: an introduction to the discussion of new tendencies of space production.* The establishment of connections between the globalization process and the new international division of labour which produces new uses of space is provided. An understanding is required on how the process of internationalization of capital supported by new technologies promotes new tendencies of space production.

Key words: globalization, new technologies, territorial division of labour.

Analisando as transformações provocadas pela introdução de novas tecnologias no sistema produtivo, Lojkine (1995:11) afirma: “Este final de século (...) acena com uma mutação revolucionária para toda a humanidade (...) que ultrapassa largamente a da revolução industrial do século XVIII”. Para o autor, as novas tecnologias da informação são responsáveis por um amplo processo de mudanças e anunciam o surgimento de uma nova civilização, na medida em que a “revolução informacional” permite ultrapassar a divisão social “entre os que têm o monopólio do pensamento e aqueles que são excluídos deste exercício”, isto é, entre os que produzem e os que dirigem a produção.

Segundo Lojkine (1995:15), assistimos à emergência de enormes potencialidades de ultrapassar as divisões colocadas pela revolução industrial, “nascida no e com o capitalismo”, uma vez que “o instrumento informático pode permitir, conectado a outras novas técnicas de telecomunicação, a criação, a circulação e a estocagem de uma imensa massa de informações outrora monopolizadas (...) por uma pequena elite de trabalhadores intelectuais”.

Não desconsiderando as contribuições que o autor citado traz para a compreensão das alterações que a introdução de uma nova base técnica no sistema produtivo global pode provocar na estrutura de classes, nossa hipótese diretriz, neste exercício de

reflexão, é que a atual fase de internacionalização do capital, apoiada nas novas tecnologias de produção e gerenciamento, aprofunda as relações capitalistas ao invés de superá-las.

Entendemos que, se é correto afirmar que as novas tecnologias criam “potencialidades” para a superação da divisão capitalista do trabalho, como sugere Lojkine, ao mesmo tempo e contraditoriamente sustentam uma nova divisão social e territorial do trabalho, que reforça a tendência à concentração da produção direta em determinados pontos e a centralização do capital e das decisões estratégicas em outros pontos do espaço mundializado. Nesse sentido, a chamada “revolução informacional” não seria, quando muito, uma possibilidade de superação da divisão capitalista do trabalho apenas nos “lugares” que produzem as novas tecnologias?

Para iniciar a discussão, faz-se necessário esclarecer os significados aqui utilizados dos conceitos de globalização, divisão internacional do trabalho e divisão territorial do trabalho, uma vez que os mesmos servem de balizamento geral na explicação dos fenômenos que se quer apreender.

Recebendo o *status* de “novo paradigma das ciências sociais”, na expressão de Ianni (1994:68), ou “paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço”, na afirmação de Santos

(1994:11)¹, o processo de internacionalização do capital na fase atual é denominado “globalização” por uns e “mundialização” por outros.²

A quantidade de informações e estudos sobre o tema “globalização” exige certo esforço de interpretação, pois trata-se de uma expressão que não é neutra e, especialmente a partir da década de 1980, além de se tornar palavra-chave do *marketing* político e econômico, tem sido constantemente referida, interpretada e reinterpretada por diferentes autores.

Alguns estudos sobre a globalização da economia apontam para o surgimento da “sociedade global”, identificando quatro processos interligados e concomitantes, quais sejam: a transnacionalização das instituições, significando a formação de consórcios entre empresas, corporações, ou conglomerados, localizados em diferentes países, em consonância com a constituição do sistema financeiro internacional; a ocidentalização do mundo, isto é, a homogeneização dos hábitos e do consumo de produtos, do lazer e da cultura; a desterritorialização, referida não só aos movimentos migratórios, mas também às concepções de espaço e tempo; o enfraquecimento dos Estados-nações, com relativa perda de autonomia diante das entidades supranacionais como Banco Mundial, FMI, BID e outros, e a formação dos blocos regionais de comércio, como NAFTA, Mercosul, APEC, ASEAN, ALCA etc.³

Em linhas gerais, a literatura que trata do fenômeno da globalização se divide em dois campos de análise. Um é o campo das relações internacionais, o outro está associado à noção de sistema-mundial, ou economia-mundo.⁴

No campo das relações internacionais, as discussões sobre o novo multilateralismo, colocadas

pelo pós-Guerra Fria, levam os “realistas” a defenderem que os “atores” da globalização são os Estados-nações. Estes, estabelecendo vínculos entre si e com as organizações de tipo transnacional (internacionais, não-governamentais e intergovernamentais), constituem um sistema global de Estados-nações cada vez mais interdependentes.⁵

Para aqueles que trabalham com o conceito de economia-mundo, focalizando as dependências estruturais criadas pela integração econômica em que os Estados operam de acordo com sua posição relativa tanto no centro como na periferia e semiperiferia, a economia capitalista está integrada através de conexões comerciais. Nesse caso, os “atores” importantes são as empresas transnacionais.

Admitindo que está se constituindo uma economia-mundo desde o século XVI, o que hoje é visível, e inegável, é que o processo de internacionalização se intensificou nas últimas décadas, especialmente após a Segunda Guerra, com os planos de reconstrução da Europa e do Japão e os programas de “ajuda” ao Terceiro Mundo. Assim, a globalização dos mercados na fase atual representaria a radicalização extensiva e intensiva da economia-mundo.

Conformando um novo “mapa do mundo em que se estão desenhando várias economias-mundo regionais no âmbito de uma economia-mundo capitalista global”, nas palavras de Ianni (1995:33), ou um novo mapa em que “todos os pontos da Terra tendem a ser internacionalizados”, como observa Geiger (1994:106), a globalização, neste final de século, faz parte de “um processo de reestruturação do sistema de acumulação e reprodução dos centros capitalistas mundiais”, como afirmam Ortega e Lopes (1994:172).

Entendida como um elevado ponto alcançado pela internacionalização do capital, a globalização manifesta-se também pela passagem de um conteúdo técnico a um conteúdo “técnico-científico-informacional” nos usos dos territórios. “O meio geográfico, que já foi ‘meio natural’ e ‘meio técnico’, é hoje, tendencialmente, um meio técnico-científico-informacional”, afirma Santos (1994:17).

Em outra perspectiva de análise, Bernardo (1996:76) discute a expansão das relações sociais de produção como uma necessidade estrutural do capitalismo. Para esse autor, a globalização econômica não ocorre pela integração dos mercados; “se verifica, antes de tudo, e fundamentalmente, no nível dos processos de produção”, sendo determinada pela expansão dos mecanismos da mais-valia relativa.

¹ Cabe esclarecer, com Santos (1978:157), que a questão da utilização de um paradigma como sinônimo de concepção teórica “não pode ser resolvida fora da História: é da observação dos fatos concretos, na forma como eles se apresentam concretamente, que se impõe aos diversos especialistas um novo elenco de relações, dispostas sistematicamente e cuja força para deslocar as teorias precedentemente vigentes vem do fato de que o novo sistema de idéias é tirado da própria realidade e não de uma filosofia qualquer”.

² Chesnais (1996:17), por exemplo, argumenta: “a expressão mundialização é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês globalização, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, (...), de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais”.

³ Tratado de Livre Comércio (NAFTA), Mercado Comum do Sul (Mercosul), Organização Mundial do Comércio (OMC, herdeira do GATT - Acordo Geral de Tarifas), Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

⁴ Sobre o conceito de economia-mundo, Wallerstein esclarece: “Uma economia-mundo é constituída por uma rede de processos produtivos interligados, que podemos denominar ‘cadeias de mercadorias’ (...). Nesta cadeia de mercadorias, articulada por laços que se cruzam, a produção está baseada no princípio da maximização da acumulação do capital” (apud Ianni, 1995:32).

⁵ A respeito, consultar: Fonseca Júnior, G. e Castro, S. H. N. de (org.) *Temas de Política Externa II*, v.1, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

Ainda no quadro teórico da luta de classes, e discordando das concepções que vêem a “sociedade global” como o resultado da extensão e fortalecimento do mercado mundial, Benko (1994:69) argumenta que a globalização dos mercados não representa o estágio supremo do capitalismo, pois desde o século XVI a integração mundial através do comércio conheceu “avanços e recuos”. Assim, nada faz crer que não possa surgir uma nova configuração espacial “pós-mundial”.

Para Chesnais (1996:32), a partir da década de 1980 o processo de internacionalização do capital assume novas configurações em razão de um claro recuo dos investimentos externos diretos (IEDs) e das transferências de tecnologias, que caracterizaram o período anterior de “ajuda” aos países do Terceiro Mundo. Assim, a mundialização “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”.

Podemos identificar ao menos quatro características da mundialização, entendida como um momento histórico singular do processo de internacionalização. A primeira é o ritmo acelerado da mobilidade do capital com a multinacionalização das firmas. A segunda é o acirramento da concorrência entre espaços nacionais, blocos regionais e inter-regionais e empresas transnacionais. A terceira característica diz respeito à crescente transnacionalização das economias e da produção, acompanhada da globalização dos mercados e do comércio internacional. A quarta e última é que o Estado-nação assume papel mais complexo e contraditório. Como sugere Benko (1996:47), “as políticas do Estado nacional, da fiscalização à gestão monetária, sofrem e injetam ao mesmo tempo o ponto de vista internacional nos processos produtivos domésticos de decisão”.

Neste artigo, nosso entendimento é que o processo de internacionalização promoveu, especialmente após a Segunda Guerra, a exportação não só de capitais e mercadorias mas a própria relação capitalista, resultando na total integração de todos os circuitos do capital, que aparece agora como uma entidade global, livre para escolher os locais que são mais favoráveis à sua valorização. Em outros termos, entendemos que o atual processo de internacionalização, apoiado nas novas tecnologias de produção e gerenciamento, ao mesmo tempo em que promove a ascensão de alguns países à condição de países desenvolvidos e competitivos no mercado internacional, exclui outros que se encontram à margem desse mercado, criando o que Becker (1995:50) apropriadamente chamou de “*apartheid* tecnológico”. Nesse sentido, ao contrário do que pensam os arautos da “sociedade global”, a

globalização ao invés de integrar o mundo promove a exclusão de determinados países e regiões.

O conceito de produção do espaço diz respeito ao trabalho como categoria fundante e mediadora no intercâmbio material do homem com a natureza. E, como observa Santos (1978:163), “produzir e produzir espaço são atos indissociáveis”.

Entendemos que a divisão territorial do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do capital. Isso significa que o conceito de divisão territorial do trabalho, ou a diferenciação social do espaço, está implícito no conceito de divisão social do trabalho formulado por Marx e posteriormente utilizado por Lenin (1982:275), que afirma: “a divisão do trabalho em geral está relacionada diretamente à divisão territorial do trabalho, à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo”.

De acordo com nossa leitura, Marx, em *O capital* (s/d:408), faz clara distinção entre a divisão do trabalho em geral (referindo-se à separação da produção social em grandes ramos como agricultura, indústria etc.) e a divisão do trabalho em particular (referindo-se à diferenciação no interior dos grandes ramos da produção). Para o parcelamento das tarefas no interior das manufaturas, Marx reservou o nome de divisão do trabalho individualizada, singularizada. Quanto ao fundamento da divisão social do trabalho, Marx esclarece que ela surge através da troca entre diferentes ramos de produção.

No plano espacial, a divisão do trabalho na sociedade tem seu fundamento na separação entre cidade e campo, posteriormente indústria e agricultura, ampliando-se nos territórios com a expansão do mercado mundial. Entretanto, alerta Marx (s/d:406-11), apesar das analogias possíveis entre a divisão do trabalho na sociedade (ou divisão do trabalho em geral) e a divisão do trabalho na manufatura (ou divisão do trabalho singularizada), “há entre elas uma diferença não só de grau mas de substância. (...). A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si. (...). Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura é a criação específica do modo de produção capitalista”.

Com a indústria moderna, a divisão do trabalho na fábrica transforma o trabalhador no acessório de uma máquina parcial, promovendo a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, enquanto a introdução do trabalho das mulheres, das crianças e

dos trabalhadores sem habilitação serve de nova base à divisão do trabalho. Como explica Marx (s/d:555-7): “A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é revolucionária (...). Por meio da maquinaria, dos processos químicos e de outros modos, a indústria moderna transforma continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro”.

Tendo isso por suposto, podemos afirmar que as transformações no processo de produção criam e recriam espaços através da divisão territorial do trabalho e, como afirmou Marx (s/d:405), confinam “ramos particulares de produção em áreas determinadas de um país”.

Hoje, poderíamos acrescentar, o processo de territorialização/ desterritorialização do trabalho e do capital confina a produção do saber técnico-científico nos centros tecnológicos (denominados tecnopolos, centros de inovação, indústria rejuvenescida etc.) localizados em alguns lugares escolhidos do planeta, e redistribui os diferentes ramos da produção em outros espaços mundializados, mantendo a separação entre local de concepção e local de produção e consumo, enquanto mobiliza massas de trabalhadores e de capital de um lado a outro do mundo.

Os resultados imediatos e visíveis da introdução das novas tecnologias são: nas empresas, altas taxas de rotatividade, com o aumento do trabalho temporário, de tempo parcial e a domicílio, enquanto no território verifica-se o deslocamento de indústrias das áreas de maior concentração para outros pontos onde o custo da força de trabalho é menor e/ou existam políticas de incentivo fiscal, ou ainda, em razão de estratégias estatais associadas às transnacionais, que promovem a formação das “micro-regiões científico-produtivas” como, por exemplo, o Vale do Silício e o *Research Triangle Park*, onde se desenvolvem tecnologias de ponta e se fabricam componentes do complexo eletrônico (Tavares, 1991).

No nosso entendimento, a chamada “revolução informacional” pode modificar a divisão do trabalho singularizada, isto é, aquela que ocorre no interior do processo de produção, alterando, mas não superando, a divisão social do trabalho e sua expressão territorial.

O que nos mostram os estudos recentes é que nas últimas décadas aumentaram as desigualdades sociais e os conflitos entre os homens e entre as nações, centralizando ainda mais o conhecimento

técnico-científico e as decisões baseadas em informações em pontos escolhidos do planeta, enquanto determinados povos e territórios são excluídos do processo e do acesso às novas tecnologias, daí seu caráter “perverso” promovendo a “desordem” do mundo, como insiste Milton Santos.

Considerações finais

Podemos afirmar que no curso das duas últimas décadas, no plano da divisão territorial do trabalho, os resultados imediatos da globalização da economia foram: de um lado, o aumento do desemprego nas economias mais industrializadas e do número de trabalhadores do Terceiro Mundo que migram para os países centrais em busca de empregos não-qualificados e mal-remunerados; de outro, o aumento de competência técnica das regiões “emergentes” no plano internacional.

A informatização do território permite o controle e gerenciamento dos investimentos nas diferentes atividades produtivas a distância. Através das novas tecnologias de informação, as corporações unificam sua organização criando novos espaços, centros de decisões, alheios às localidades-sede da produção, aumentando a distância entre proprietários (e seus representantes) e produtores diretos, enquanto encurta as distâncias na circulação das mercadorias para manter altas taxas de exploração do trabalho.

Exemplos do que vem ocorrendo com o deslocamento da produção no espaço mundializado são particularmente significativos, como a criação de novos territórios da produção de transistores e da produção de automóveis.

Como indica Souza Santos (1996:289-90), “em relação aos transistores, incluindo a produção de semicondutores, a distribuição regional da percentagem da produção mundial teve uma alteração dramática entre 1965 e 1989”. Segundo dados apresentados pelo autor, a Ásia produziu 95% do total mundial de transistores em 1989, contra 28,8% em 1965, enquanto a América do Norte e Europa, que produziram, respectivamente, 64,3% e 6% em 1965, passaram a produzir apenas 1,1% e 3,9% do total mundial em 1989. O mesmo processo se verifica na produção automobilística. Se a Ásia produzia 14,2% do total dos automóveis em 1965, em 1989 passou a produzir 28,6% do total mundial, enquanto a América do Norte, que produzia 54,3% em 1965, passou a produzir apenas 25,8%.

Não há dúvida de que as novas tecnologias, em especial a informatização, se desenvolveram sob o signo da reestruturação capitalista contra a “rigidez” do processo produtivo anterior, ou da divisão do trabalho singularizada precedente. Como observou Marx, a base técnica da indústria moderna é revolucionária e modifica, constantemente, a divisão

do trabalho dentro da sociedade. Mas a nova era eletrônica da acumulação capitalista, a nosso ver, não aponta para um refluxo da exploração do trabalho pelo capital. Embora possa apresentar um conjunto de potencialidades capazes de provocar alterações na divisão do trabalho singularizada, não é propriamente um conjunto de possibilidades de superação da divisão entre produção direta e comando das decisões, que continua sendo a marca do capitalismo contemporâneo. Entretanto, não deixa de representar um momento histórico singular no processo de exploração do trabalho, na medida em que uma das novidades da globalização apoiada nas novas tecnologias é justamente o controle internacional dos locais de produção, da força de trabalho e dos territórios.

Resta acrescentar que o desenvolvimento científico-técnico comandado pelo capital, ao mesmo tempo em que sujeita a força de trabalho aos condicionamentos impostos pelas novas tecnologias, exigindo maior qualificação dos trabalhadores, integra a elite científica e a camada dos gestores entre os seus representantes. Nesse sentido é que se pode afirmar que o atual desenvolvimento de novas tecnologias, o seu ritmo e a definição do sentido desse desenvolvimento são pautados pelas lutas sociais.

Referências bibliográficas

- Becker, B.K.A (Des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: Becker, B.K. et al. (org.) *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional, 1995. p. 46-64.
- Benko, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Benko, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: Santos, M.; Souza, M.A. et al. (org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994. p. 51-71.
- Bernardo, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- Chesnais, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- Geiger, P.P. Mapa do mundo pós-moderno. In: Santos, M.; Souza, M.A. et al. (org.) *Fim de século e globalização*. 2.ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994. p. 103-128.
- Ianni, O. Nação e globalização. In: Santos, M., Souza, M.A. et al. (org.) *Fim de século e globalização*. 2.ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994. p. 66-74.
- Ianni, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- Lenin, V.I. A manufatura capitalista e o trabalho capitalista a domicílio. In: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Lojkine, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- Marx, K. O capital (Crítica da economia política): O processo de produção capitalista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [19--]. Livro 1, v.1.
- Ortega, G.U.; López, S.L. Globalização e fragmentação: o papel da cultura e da informação. In: Santos, M.; Souza, M.A. et al. *Fim de século e globalização*. 2.ed., São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994. p. 172-187.
- Santos, B.S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 1996.
- Santos, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: Santos, M. et al. (org.) *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1994. p. 15-22.
- Santos, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, Hucitec, 1978.
- Tavares, H.M. Inovações tecnológicas e suas implicações territoriais. In: Piquet, R.; Ribeiro, A.C.T. (org.) *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. p. 85-95.

Received 20 January 1998.

Accepted 27 February 1998.